

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

### **----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----**

#### **----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----**

##### **----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----**

###### **----- 1 – REVISÃO ORGÂNICA DA CMMV – QUADRO DE PESSOAL ----**

----- O Presidente da Câmara, informou que tinha tido a oportunidade de na ultima Reunião de Câmara ter distribuído, em contexto de revisão orgânica da Câmara, o futuro organigrama em discussão.-----

----- Trazia mais um conjunto de elementos que se integravam precisamente na documentação que tinha sido entregue ao executivo, na ultima reunião. Começava já a aparecer o próprio regulamento orgânico que iria consubstanciar, o que até ao momento tinham estado a ver, apenas em termos estruturais. Para além da estrutura, propriamente haverá que definir o Regulamento, o Conteúdo Funcional, a Operacionalidade, etc. -----

----- Esperava que, na próxima Reunião do dia vinte de Dezembro, do corrente ano, seja complementado aquele trabalho, com a entrega de alguns elementos que diziam respeito ao próprio Quadro de Pessoal, em si. -----

----- Gradualmente estava a ser fornecida informação ao executivo para que, na próxima reunião, já com uma estrutura base, e com um regulamento possam ter uma discussão já mais efectiva e aprofundada, para que depois seja entregue a previsão do Quadro de Pessoal, a fim de na primeira Reunião de Janeiro de dois mil e três possam dar sequência final à aprovação, e para que pudesse pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal uma Assembleia Municipal Extraordinária, para agendar em Janeiro, para aprovação do documento final.-----

----- Gostaria de chamar a atenção que aquele era um documento de trabalho, para que se pudesse ter um retorno em termos de contributo, o mais alargado possível. -----

----- Assim pedia ao senhores Vereadores que, no próximo dia vinte viessem preparados para discutir novamente aqueles documentos: o Regulamento e o Conteúdo Funcional e a questão do Organigrama e Quadro de Pessoal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade considerar aquele documento como documento de trabalho, sendo presente a uma próxima reunião de Câmara, a fim de ser tomada uma deliberação final. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

#### **----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----**

##### **----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. ----**

###### **----- 1- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2003-----**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

----- O Presidente da Câmara informou que, tinha tido a oportunidade de entregar o documento final referente ao Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e três (documento anexo à presente acta sob o numero um). -----

----- No documento que tinha enviado inicialmente ao executivo, existiam algumas pequenas gralhas, que tinham sido agora corrigidas, sobretudo a nível do texto. O Plano Plurianual e as Grandes Opções, não tinham sofrido grandes alterações, podendo haver apenas diferenças de pormenor nos valores relativos a alguma reorganização feita, em termos de codificação das rubricas de despesa. -----

----- Onde até ao momento tinham, por exemplo ferramentas, viaturas, arranjos de viaturas, máquinas, etc. tinha passado tudo a ser codificado com uma nova rubrica: Equipamento Operacional. Naquela rubrica estava tudo previsto em relação àquelas matérias. -----

----- Tinha acrescentado, para a leitura do executivo, na página quarenta e quarenta e seis, por exemplo, quadros resumo que identificavam mais adequadamente quer a receita, quer a despesa, e que ao mesmo tempo, servia para meditarem um pouco nas condições de autonomia financeira da própria autarquia. Se o executivo reparasse, por exemplo, no quadro resumo de receita, viam claramente, a dependência dos fundos, aqueles eram de transferência do Estado. A receita própria era extremamente débil, no que concerne a receita corrente. -----

----- Aquela situação deveria ser rea-quacionada através do investimento que faziam, para que cada vez mais, constituísse um investimento reprodutor e reprodutivo, que pudesse vir a alimentar, num futuro próximo, depois dos Quadros Comunitários estarem utilizados, fontes de financiamento que até ao momento não existiam. -----

----- Mais disse que, na parte da receita de capital, todas as verbas ali inscritas, nas transferências de capital eram verbas estudadas ao pormenor e já garantidas neste momento. No que dizia respeito aos fundos, eram fundos de gestão, de coesão; o QCA, eram as verbas dependentes de tudo o que estava no momento homologado, não estava ali nenhuma verba com suposição; PIDAC'S, Serviços Autónomos, etc., eram tudo circunstâncias que neste momento já estavam deferidas. -----

----- Gostaria ainda de acrescentar que, os empréstimos referidos, eram os montantes do empréstimo de saneamento financeiro que não tinham utilizado. Quanto à parte da venda bens de investimento, tinha a ver com uma política clara que teria que discutir com rigor em dois mil e três, que era a de criarem autofinanciamento. O que estava na venda de bens de

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

investimento, eram a venda de terrenos, de que a Câmara era proprietária, ou dos quais o viriam a ser, nomeadamente a venda dos lotes nas zonas industriais e zonas urbanas..-----

----- Quando falavam em venda de bens de investimentos, havia um projecto para reurbanizarem toda a zona da qual eram proprietários, entre a chamada zona das Escadinhas e o Campo de Futebol, na qual poderiam criar uma zona urbanizada, e promover a sua venda. Haveriam outros terrenos que naquele momento, eram proprietários por cedências de loteamentos que tinham aprovado, bem como de imóveis que poderiam ser alienados. -

----- Em conversa com os Serviços de Planeamento da Câmara Municipal, tinha colocado a hipótese de se estudar uma redefinição de todo o espaço da feira, com a eventual possibilidade de urbanização. Aquela atitude poderia ser um pouco drástica, mas achava que tinham condições para redefinir todo o espaço da Feira Municipal, duma forma diferente, no futuro. Não estavam a falar em alienar aqueles bens, mas a redefini-los, e se puderem colaborar para um entrusamento melhor, quer do efeito de rendimento, do efeito paisagístico, ou do efeito urbano, que a sede do Concelho necessitava. -----

----- Nos próximos anos, iria haver uma dependência total de fundos próprios que teriam que arranjar, porque a capacidade de endividamento estava esgotada, o quadro comunitário estava limitado, era evidente que só se poderiam "virar", ou para eles mesmos, ou para o PIDDAC, ou seja para a participação da Administração Central. Deixando aquelas duas portas em aberto, num curto espaço de tempo, teriam que ter soluções claras que levem a que equacionem os tais projectos prioritários, que pensava serem unanimes e clássicos. -----

----- Chamava a atenção para a página quatro daquele documento, na qual dizia claramente que o investimento no sector produtivo, na criação de emprego, na revisão do PDM, a conclusão do saneamento básico, para além da melhor prestação de serviço municipal, e a revitalização da cultura, desporto e de emprego, eram chavões, mas eram necessidades claras, às quais não poderiam virar as costas. -----

----- Era ali que entravam os Pólos Industriais, a fase conclusiva do saneamento básico do Concelho, a reestruturação urbana do Concelho e as complementaridades de educação, de ensino, de tempos livres, de desporto, de piscinas, etc.. Naquele caso concreto, e face àquelas condições, fugir daquelas circunstâncias, seria trair as populações, pois os programas eleitorais das forças que tinham estado em confronto, há um ano atrás apontavam soluções muito parecidas, e naquele caso concreto não valia a pena estarem a inventar o inventado. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

----- O que pensava que o executivo iria ter de inovador, seria a sugestão da auto-sustentabilidade do Concelho, de uma maneira diferente daquela que tinham encontrado.

----- Não poderiam esquecer, que depois de dois mil e cinco, quer saíssem, quer não, em dois mil e seis, haveria um Quadro Comunitário que chegaria ao fim, e que com certeza que, a partir daquela data, não iriam ter, pelo menos, a justificação que ainda lhes era permitida, de dizer que tinham as candidaturas ao QCA três, pois provavelmente o QCA quatro, já não iria ter aquela mesma amplitude.-----

----- Em termos sumários, já tinham discutido muitas daquelas questões. Pensava que o que estava implícito naquele documento, poderia não ser a leitura, que mais gostariam no momento; não pretendiam ser exaustivos, sabiam que, nalguns casos, e sobretudo nas reuniões que tinha tido oportunidade de ter, com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, algumas delas tinham levado à introdução de algumas alterações, naquela fase final do Plano, vindo sobretudo ao encontro daquilo que eram as suas preocupações.-----

----- Tinham cortado cinco milhões de euros neste orçamento, face ao ano anterior, e se verificassem, para as Juntas de Freguesia tinham aumentado a distribuição de verbas. Tinham sido dos poucos parceiros que tinham aumentado neste orçamento, que continuavam a apostar, e que na entrega das verbas para aquelas mesmas organizações autárquicas, o retorno daquele investimento era, de certeza, muito mais palpável, do que o estivessem a “esbanjar” noutras circunstâncias menos proveitosas, não só para satisfação das necessidades da população, mas sobretudo para aquilo que era a dignificação do estatuto de um autarca que, num sistema como o actual, acabava por ser o primeiro embate, o primeiro decisor, que muitas das vezes se via cerceado de meios e de capacidades, para poder ele próprio ser a “almofada” protectora da Câmara Municipal.----

----- Pensava que aquele documento era abrangente, tinha leituras claras e inequívocas, podendo contudo criar critérios subjectivos de interpretação, quanto a esta ou àquela matéria, e era por isso que tinham a diversificação partidária naquele executivo. Parecendo-lhe contudo que existiam ali pontos de confluência, que com certeza, numa fase delicada sobretudo, do ponto de vista financeiro, que irá ocorrer em dois mil e três, não lhes poderia permitir grandes veleidades, de entrarem em discussões, algumas delas que poderiam ser deontologicamente importantes, mas muitas poderiam não trazer o efeito prático, que a população ansiava e requeria do executivo. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, todos tinham tido a oportunidade de analisar aquele documento, e não havia duvidas que existiam questões genéricas que naquele momento era o que importava tratar. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

----- Estavam numa fase de aprovação do documento, ou na votação do mesmo, e por isso tinham feito um trabalho em que tinham reunido os eleitos do Partido Socialista, tinham feito uma discussão ampla sobre aquele processo, sobre o que lhes tinha sido apresentado e o resultado da sua intenção, ia no sentido de dar resposta à avaliação e ao debate que tinham feito. -----

----- Gostaria de fazer algumas considerações em relação ao que o Senhor Presidente tinha acabado de referir. Estavam conscientes, e já o tinham referido numa anterior reunião, que, quando havia uma situação de constrangimento, mas independentemente de o haver, ou não, até porque como alguns gestores referiam, a melhor forma de gerir, era com base num anúncio da crise, pois aquela era a forma de mobilizar, pelo menos teoricamente todos os agentes que intervinham numa determinada organização, se todos estiverem conscientes de que existia a necessidade de todos trabalharem, de se envolverem e de se implicarem mais, e de todos serem mais conscientes do problema, era evidente, que à partida todos se mobilizarão, e aumentarão a produtividade e o rendimento. -----

----- Entendiam que, naquela fase não era demagogia dizer que havia, de facto uma crise, ou uma recessão anunciada e que por isso era necessário tomar medidas. A questão que ali tinha sido colocada, por exemplo de um aproveitamento e rentabilização do espaço da feira, no ponto de vista do Partido Socialista, não oferecia nenhuma dúvida, julgando inclusive, que poderia ser encontrado um espaço alternativo para a feira. Feira essa, que ainda restava, pois era cada vez menos a feira que todos gostariam que fosse. Todos gostariam de ter uma feira mais de carácter tradicional, dos produtos locais, etc., e menos uma feira, como por exemplo o "Babou" ambulante. Naquele aspecto estavam perfeitamente de acordo. A essência da feira naquele espaço, tinha dois prejuízos: o do comércio, que ainda faltava avaliar e discutir, mas havia também um prejuízo de impacto paisagístico sobre a sede do concelho. Aquele era um espaço deserto e feio, que poderia ser reorganizado e especialmente rentabilizado para o município. -----

----- Era evidente que, urbanizá-lo não queria dizer que se construíssem habitações, nem loteamentos, mas poderiam criar áreas que implicassem retornos para o município, e rentabilidades importantes a todos os níveis. -----

----- Quanto à questão da venda de terrenos, poderiam colocar a questão se competia, ou não à Câmara fazer alguma especulação imobiliária. À Câmara competia rentabilizar convenientemente os seus recursos, eram duas terminologias diferentes. Se os vender bem, porque não havia de os rentabilizar? Naquele aspecto, havia um momento de transição,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

também em termos de atitude política ao nível do Concelho e ao nível dos partidos que naquele momento compunham o executivo.-----

----- Não poderiam continuar a ser mandatados de quem os tinha elegido, mas de uma forma sempre comprometedora, sem capacidade de iniciativa, e de provocar a rotura com as dinâmicas passadas.-----

----- Naquele sentido, haviam aspectos de pormenor, e tinham focado alguns que, lhes tinham sido colocados, no dia anterior pelo seus Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia que, consideravam não estarem contemplados. As expectativas eram sempre maiores do que a capacidade de executar. Eles próprios o tinham referido aos Presidentes de Junta de Freguesia, que se eles conseguiam executar tudo aquilo que lhes era proposto pela população que serviam, era evidente que nem eles nem ninguém o conseguia.-----

----- Registavam o facto, de ter havido a coragem que sempre tinham partilhado, de contrariamente àquilo que habitualmente era feito, em política, de reduzirem em cerca de cinco milhões de euros um orçamento.-----

----- Era evidente que existiam constrangimentos que o POCAL também implicava, mas julgava e queria acreditar que a sua decisão de redução do orçamento não tinha a ver exclusivamente com as limitações do POCAL, mas com questões conceptuais. E era isso o mais importante, pois se fosse somente o POCAL, estávamos a ser governados por ele, e não o contrário.-----

----- Não fazia sentido continuarem a ter orçamentos que eram depois executados em cinquenta ou sessenta por cento. Este ano tinha-se registado um record, em termos de taxa de execução orçamental, o que para eles, que também participavam naquele processo, embora sem funções operacionais, era importante. Apesar das divergências políticas, tinham sido capazes de estar durante todo o ano, especialmente de acordo nas coisas essenciais para o Concelho, e era aquela a sua missão.-----

----- Naquele sentido, tinham preparado uma Declaração Política sobre o assunto, onde apresentavam aquilo que consideravam ser os pontos mais fracos daquele documento global e a posição da Bancada do Partido Socialista.-----

----- Seguidamente passou a ler a Declaração Política que consta como documento anexo à presente acta sob o numero um a).-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo ser evidente que o documento, e se reparassem, haviam ali aspectos que, tinham que reconhecer que, nalguns casos o executivo estava a ser confrontado pela primeira vez. Nalguns aspectos haviam algumas

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

redundâncias que os próprios documentos que faziam parte das Grandes Orientações do Plano, já elas próprias elencavam um conjunto de circunstâncias, algumas delas lá referidas e evidenciadas.-----

----- Por outro lado, naquele Plano de Actividades para dois mil e três, e tinha tido a oportunidade de confrontar com o de dois mil e dois que estava em funcionamento, verificava-se substancialmente alterações, No documento entregue ao executivo, existiam alterações, na parte final, a chamada da distribuição percentual das GOP'S, que se cotejarem com o que existia em dois mil e dois, verificariam que tinha havido uma estratégia clara, e porque estavam mais preocupados com os resultados, não tinham sabido publicitar, que era o enfoque que era dado a um crescimento da despesa, em primeira instância das Juntas de Freguesia, das áreas de Educação e da Saúde, que começavam agora a ter alguma relevância, o saneamento e o meio ambiente, a cultura, as funções económicas e finalmente, uma área, que considerava talvez a mais "contra moda", mas que era o produto daquilo que tinha sido, não só um conjunto de circunstancialismos, que nos anos anteriores projectaram, e com o Inverno ainda mais rigoroso deste ano, como o que estavam a ter em dois mil e dois, viesse novamente ao de cima, e que eram as estruturas rodoviárias que de facto, neste conjunto de perspectiva, utilizavam quase trinta por cento do valor do investimento projectado para dois mil e três.----

----- Era evidente que estavam a falar em três ou quatro vias estruturantes, que pela sua dimensão e pelo seu valor de investimento, só aí, atingiam valores um pouco assustadores, na sua opinião, nomeadamente em áreas que eram cruciais, mas que pelo menos, no conjunto daquela proposta que aqui era dada, existiam hoje orientações claras, que esperava que com a revisão do PDM, e tinha dito isso várias vezes, e se fosse necessário, apelava à leitura de quando foi aprovado o primeiro Plano Director Municipal desta Câmara. -----

----- Esperava que tivessem também um contributo extremamente válido e inovador, não fazendo do Plano Director Municipal, um instrumento exclusivo de gestão urbana, mas sim como uma leitura clara de uma estratégia política de médio e longo prazo do desenvolvimento do Concelho, sustentado, harmonioso e reprodutivo. -----

----- Dentro daquele aspecto, julgava que iam encontrar, mais do que nunca, um campo variado, mas ao mesmo tempo, esperava que fosse profícuo, para dar ênfase a todo o circunstancialismo que, na sua opinião, não seria filosófico mas estratégico, e sendo estratégico, tinha que ser executado, e para ser executado tinha que ter coerência. No que dizia respeito à gestão de recursos humanos, havia também alguma intencionalidade, de

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

não potenciar um auto elogio, para circunstâncias, que pensava que, teriam que ser o tempo a demonstrá-lo, nomeadamente naquilo que era dito, que havia um triângulo muito claro, que era o munícipe, o trabalhador municipal e a autarquia política em si, que deviam satisfazer.-----

----- A modernização das Juntas não se faria apenas com reforços financeiros, mas sim com reforços de procedimentos, com reforços de formação, de atitudes comportamentais diferentes. Gostaria de salientar, e até estranhava que essa questão tivesse sido levantada, pois tinha tido a oportunidade de dizer, quer a cada um dos senhores Presidentes de Junta individualmente, quando se tinham reunido, quer quando tinha reunido em grupo, e sinceramente, ao fazê-lo, não o tinha feito discricionariamente, do ponto de vista partidário, mas do ponto de vista funcional. Tinha-o feito e pensava que tinha tido o "feedback", não diria dos cem por cento, mas pelo menos a maioria dos Presidentes de Junta do PS, em que tinha sido notório o à vontade de, no final deste primeiro ano, perguntar se se sentiam marginalizados, por uma gestão, cuja maioria não era da mesma cor? Era preciso que, à vontade o fizessem, sem entrar num paralelismo de que se fazia mais para uns e menos para outros. Esse era um objectivo dado, porque não estavam numa fase de discussão deste ou daquele projecto, mas sim numa fase de avaliação. E numa fase de avaliação, tinha pressuposto que fosse mais curial e mais sensato, num frente a frente desinteressado, discutirem-se as coisas. Nas reuniões individualizadas tinha tido oportunidade de, então aí discutir com cada um deles, quais as suas principais visualizações sobre os projectos que mais defendiam.-----

----- Não descorava a circunstancia, de num caso ou outro mais singular, até devido às suas formas de estar, que aquelas interpretações pudessem ser interpretadas do ponto de vista política ou partidária. Descorava aquela matéria completamente, porque não tinha sido esse o sentido, e aliás, tinha sentido da maioria dos Presidentes de Junta, que tinha havido um ênfase claro e notório de agradabilidade, pela forma como, sistematicamente, tinham vindo a discutir. -----

----- Era evidente que não tinham conseguido satisfazer tudo e todos, mas isso era claramente impossível.-----

----- Em relação à questão das empresas municipais e sobretudo dos serviços municipalizados, havia uma chamada para as duas hipóteses, porque em termos temporais, pensava que as duas iam ser desencadeadas. Estava a falar em termos temporais, se calhar num prazo de dois, três anos, e noutra num prazo de quatro, cinco anos. O intermunicipal numa segunda fase e o municipalizado numa primeira fase. -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

----- Essa questão parecia-lhe que eram circunstancias em que, achava que teria a haver necessariamente uma maior factualidade, em que levasse ao longo do próximo ano, tivessem reuniões mais específicas, para dar depois corpo à discussão e ao debate de áreas temáticas.-----

----- Por exemplo, aspectos como o boletim cultural e o apoio ao associativismo, estavam na descrição das Grandes Opções do Plano, estavam lá claramente esses documentos evidenciados e individualizados.-----

----- Quanto à questão dos investimentos na sede do concelho, pensava que existia um conjunto de factores, que não poderiam omitir, de quem olhasse para aqueles valores, e que não soubesse distinguir aquilo que era o travão que estava a ser feito de um investimento que já vinha de trás e que não poderiam fechar contabilisticamente. Tinham cerca de dois milhões e meio de euros, em obras que já estavam concluídas, mas ainda não pagas. Toda a requalificação urbana, cujo projecto já tinha acabado, era para pagar, e era este valor que estava a engrossar aquele valor, mas na realidade, não estava a haver projecto novo. Teriam que assumir a dívida que estava em pagamento, aos empreiteiros que tinham feito a requalificação, o saneamento, o arranjo urbanístico, etc.-----

----- Por outro lado, haviam dois investimentos grandes, que pensava que não poderiam ser tomados como as obras do regime, mas eram simples e de necessidade. Um, era a Piscina Municipal, outro era uma Biblioteca. Se pegassem no conjunto daqueles três projectos, estava aí noventa e cinco ou noventa e oito por cento da totalidade de tudo o que tinha falado, para a Sede do Concelho. -----

----- Se olhassem, depois em contrapartida para o investimento infra-estrutural, rodoviário e infra estruturas que, quer quisessem quer não, tinham que assumir esse estava perspectivado por todo o Concelho. Aí estava de acordo, que havia uma realidade que dizia que existiam velocidades diferentes dentro do concelho e que tinham que conciliar, porque tinha havido, em determinadas circunstâncias, processos periféricos de desenvolvimento, que não tinham acompanhado os processos centrais da sede do concelho. -----

----- Presentemente havia que fazer um esforço, e se reparassem, cinquenta por cento de projectos para o concelho, em termos de saneamento, iam ser lançados agora. Estavam a falar dos da margem esquerda do rio Mondego e, das Freguesias da chamada "Gândara".-----

----- Gostaria de dizer que toda a leitura critica, feita pela declaração política do Partido Socialista, sem hipocrisia nenhuma, considerava que era aceitável e adequada num

## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

### *Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12*

processo de gestão democrática, que pensava que tinha vindo no corolário do espírito aberto neste executivo que ele próprio tinha incutido. Pensava, e dizia com muita sinceridade e com muito sentimento, que não queria nem reivindicada silêncio, nem prepotência e pedia mesmo que a oposição, e isso era uma questão cultural, era de que se obtivessem unanimidade ali, podiam ser alcançados com divergência críticas fortes, e que essas divergências críticas fortes fossem motivos, não de gáudio, mas sobretudo, de correcção de percurso e de atitude. Isto porque, e se conseguissem atingir esse objectivo, aí claramente, achava que este executivo tinha demonstrado, e porque eram quase todos de uma geração muito próxima, em termos de idades, que havia de facto hoje uma nova forma de gestão autárquica.-----

----- Aproveitando as fragilidades e as lacunas, potenciar da melhor forma aquela matéria. Daí que, as críticas, quando feitas com sentimento e sobretudo com sentido crítico positivo, deviam ser ouvidas e ponderadas.-----

----- Retomando ainda a questão do programa do Plano apresentado em si, dizer claramente, no que lhe dizia respeito, sentia uma preocupação clara e que deveria ser abordada pelo executivo muito brevemente e que era o seguinte: o ano de dois mil e três, sendo um ano delicado, do ponto de vista da gestão operacional, não o deverá, nem poderiam admitir esse facto, de ser um ano perdido, para uma gestão prospectiva e projectista. Ou assumiam isso, ou iam perder uma oportunidade. -----

----- Estas preocupações que registava e que deveriam ser bem equacionadas, e daí a sua postura cada vez maior de não partilhar adiamentos decisórios e, sobretudo, a sua posição perante o executivo, tendo ouvido palavras, nas quais se identificava claramente, face aos compromissos e às populações que o elegeram, não podiam ser pedidas solidariedades institucionais ou partidárias, que viessem ao desencontro daqueles mesmos desideratos e desses mesmos objectivos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e, após alguma discussão sobre o assunto, deliberou por unanimidade aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e três.-----

----- Mais deliberou que o presente documento fosse presente à Assembleia Municipal para aprovação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

#### ----- **1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

#### ----- **1- REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE**-----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Fl.

## *Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12*

----- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, de vinte e cinco de Outubro findo, o Presidente da Câmara informou que, após o regulamento em causa ter sido sujeito a um período de inquérito público, pelo prazo de trinta dias úteis, o qual terminou no dia dez de Novembro do corrente ano, não se registaram quaisquer sugestões ou pedidos de esclarecimentos por parte dos interessados.-----

----- Assim, propunha à discussão o Regulamento Municipal de Publicidade (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

----- Usou da palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, pretendia que ficasse claro que, quer em relação a este, quer em relação a outros pontos, os mesmos eram discutidos por todos os membros do executivo, que por vezes abdicavam das suas declarações pessoais, porque concordavam com a globalidade dos documentos finais aprovados. -----

----- Disse ainda que, são sete membros do executivo, em que as linhas são orientadas e coordenadas pelo Presidente, pois é da sua competência, mas que estavam atentos às discussões dos assuntos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e após tecer algumas considerações deliberou por unanimidade aprovar o presente Regulamento Municipal de Publicidade. -----

----- Mais deliberou submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### ----- **2- REGULAMENTO DE ÁGUAS** -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente o Regulamento de Águas (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- Informou que, haviam ali alguns aspectos que, antes de concordarem que seja posto a discussão pública, deveriam ser discutidos pelo executivo. Os documentos que tinham sido entregues ao executivo na passada semana, chamavam a atenção para dois ou três aspectos que julgava mais pertinentes. -----

----- Referia-se a alguns artigos que constavam naquele Regulamento. Estava-se a referir, por exemplo ao artigo décimo quarto – Contratos, ponto quatro e ponto cinco, em que, normalmente morria o homem, e a viuva, com poucos recursos, para mudar para seu nome, o contador de água que estava em nome do marido, actualmente teria que pagar cerca de cem euros. O que se propunha, era reduzir drasticamente esse valor e alargá-lo em termos de ascendência ou descendência, definindo o grau. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo haver particularidades, que estavam na ordem do dia, que eram as relações de facto, e que deveriam estar contempladas pois

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

Fl.

## ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

a Lei Portuguesa, também já as previa. Pessoas que vivessem maritalmente, sem nenhum vínculo formal, tinham direitos, já consagrados pela legislação portuguesa. Pensava que o termo "herdeiros directos" era o mais acertado. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, pensava ser muito mais limitativo, como estava até ao momento, agora iriam alterar querendo abranger tudo e todos. Pensava que apenas deveria ficar mencionado o cônjuge e os filhos. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que o que estava em causa era o bem, e não a questão de quantos herdeiros seriam, pois só um teria a posse daquele. O que estava em causa era a transferência de um contrato de água específico. Não estavam a querer dizer que um, dava origem a, por exemplo, cinquenta contratos. Do ponto de vista dos custos para o município, não era relevante se generalizassem em termos de herdeiro directo daquele bem concreto.-----

----- Poderiam suprir, também algumas lacunas, como era o caso dos idosos, quando deixavam o bem, por exemplo, a uma empregada, que tinha estado com eles toda a vida, ficava excluído daquela situação quem tinha tido o papel relevante àquele determinado idoso. - -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, também em relação ao artigo cinquenta e cinco- Isenções, haviam alguns aspectos a considerar. Na sua opinião o tecido associativo deveria ficar isento do pagamento de água. -----

----- Retiraria da parte das Instituições, as cooperativas ou profissionais, pois iria haver questões de utilização, que poderiam causar alguns problemas. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a Câmara poderia e deveria contabilizar, o que é que aquela situação implicaria, em termos de transferência para o associativismo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e, após uma discussão alargada entre todos os membros do executivo, que tinham abdicado das suas declarações pessoais, deliberou por unanimidade, proceder a algumas alterações à Proposta de Regulamento de Abastecimento de Água ao Município de Montemor-o-Velho. -----

----- Mais deliberou pôr à discussão publica, por um período de trinta dias úteis, acometendo que a Senhora Directora de Departamento, conjuntamente com a Dr.<sup>a</sup>. Ana Célia e D<sup>a</sup>. Maria Elisa, que, para além dos locais e dos procedimentos já tidos com outros regulamentos, que o mesmo seja posto à consideração do Centro de Arbitragem, para garantir uma participação da defesa do consumidor, em relação ao parecer daquele tipo de documento. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO** Fl.

## ***Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12***

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

### **-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----**

#### **-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----**

##### **----- 1- REVISÃO DO PDM – CARTOGRAFIA DIGITAL – APOIO -----**

##### **-----TÉCNICO DA UNAVE – 2.ª FASE -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento que, até ao momento não tinha sido possível fazer presente o relatório da primeira fase da Revisão do PDM – Cartografia Digital – Apoio Técnico da UNAVE. -----

----- Assim, propunha que o executivo considerasse que não tinham, ainda condições para operacionalizar o lançamento da Segunda fase da elaboração – Cartografia Digital, pelo que solicitava aos serviços que logo que obtidos os relatórios preliminares, os mesmos fossem presentes ao Executivo para lançamento da segunda fase. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Presidente da Câmara. -----

### **----- 3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----**

#### **-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----**

##### **----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----**

##### **----- 1- ANTIGO MERCADO MUNICIPAL/GALERIA DE EXPOSIÇÕES –**

##### **----- POSSE ADMINISTRATIVA DA OBRA -----**

----- O Presidente da Câmara informou, que na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião de vinte e dois de Novembro do corrente ano, no sentido de rescindir o contrato de empreitada da obra em epígrafe, nos termos do número um do artigo duzentos e trinta e cinco do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, a empresa adjudicatária da obra “Coimbralar, L.da” tinha sido notificada, para no prazo de cinco dias, se pronunciar sobre a intenção da Câmara. -----

----- Informou ainda que o empreiteiro recebeu a notificação no dia vinte e nove de Novembro do ano em curso, não tendo apresentado qualquer contestação sobre a rescisão do contrato por parte do dono da obra. -----

----- Considerando que o empreiteiro não deu cumprimento do plano de trabalhos em vigor, deverá a Câmara requerer a posse administrativa da obra, junto do Governador Civil do Distrito de Coimbra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um –Requerer ao Governador Civil do Distrito de Coimbra, a posse administrativa da obra, nos termos do número um e seguintes do artigo duzentos e trinta e seis do Decreto Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## *Reunião extraordinária de 2002 de Dezembro de 12*

Fl.

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2- LANÇAMENTO DO CONCURSO DA EXTENSÃO DE SAUDE DE --**  
----- **ARAZEDE**-----

----- O Presente ponto foi retirado a fim de ser discutido numa próxima Reunião. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e quarenta e cinco minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,**

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.<sup>a</sup>